

O ANTIGO E O MODERNO NO CAMPO BRASILEIRO: UMA REFLEXÃO A PARTIR DA TEORIA AGRARIA

Raimunda Áurea D. de Sousa – Doutoranda em Geografia – UFS

aureasouza@hotmail.com

Prof.^a. Dr.^a. Alexandrina Luz Conceição – Orientadora – UFS

aluz@oi.com.br

Ao expandir-se em escala mundial, o capital redefine não só antigas relações, como cria novas estratégias para subordinar todas as formas de produção no campo e na cidade necessárias à sua reprodução e acumulação. O marco dessa grande expansão ocorreu na segunda metade do século XX em países subdesenvolvidos, destacando-os na América Latina, particularmente, o Brasil. Nesse país, o capital global associado ao Estado passa a desenvolver uma série de políticas que repercutiram tanto no espaço urbano como no espaço rural. Tais políticas guiadas por uma nova lógica de financeirização, contraditoriamente, originou-se no campo em uma nova onda de movimentos sociais contrários ao modelo de desenvolvimento do capitalismo. A reação dos camponeses suscitou discussões entre os acadêmicos a respeito de quem é esse sujeito, se revolucionário ou conservador. Tendo como base esse cenário, é que se pretende refletir sobre os novos conceitos criados pelo capitalismo para designar aqueles que lutam por terra de trabalho porque querem continuar no campo já que para o capital, “antigo” e “moderno” não podem existir no mesmo espaço, na medida em que se entende que o segundo descarta o primeiro, no qual a Reforma Agrária e Trabalho só podem ser resolvidos a partir da territorialização do capital no campo por meio da indústria. Quando isso ocorre, o camponês não só perde autonomia, passando a ser um agricultor familiar, um empreendedor, um assalariado, como pode ser totalmente expropriado da terra, portanto, passa ser moderno/novo. Em contraposição, ao entender que o sistema do capital concentra ainda mais a terra e os meios de produção, os camponeses travam sua batalha contra o capital, na luta pela garantia da terra de trabalho como condição de vida, nesta perspectiva são considerados antigos.

Palavras chave: Capital; Estado; Camponeses; Antigo; Moderno.

LO ANTIGUO Y LO MODERNO EN EL CAMPO BRASILEÑO: UNA REFLEXIÓN A PARTIR DE LA TEORÍA AGRARIA

Al expandirse en escala mundial, el capital redefine no solamente las antiguas relaciones, así como crea nuevas estrategias para subordinar todas las formas de producción en el campo y en la ciudad necesarias a su reproducción y cúmulo. El marco de esa gran expansión ocurre a mediados del siglo XX en países subdesarrollados, destacándose América Latina, en particular el Brasil, aquí el capital global asociado al estado pasa a desarrollar una serie de políticas que tendrán repercusión tanto en el espacio urbano así como en el rural. Tales políticas guiadas por una nueva lógica de financiamiento, contradictoriamente se originó en el campo en una nueva onda de movimientos sociales contrarios al modelo de desarrollo del capitalismo. La reacción de los campesinos suscitó discusiones entre los académicos acerca de quién es ese sujeto, si revolucionario o conservador. Teniendo como base ese escenario, es que se pretende reflexionar acerca de los nuevos conceptos creados por el capitalismo para designar aquellos que luchan por tierra de trabajo porque quieren permanecer en el campo ya que para el capital, “antiguo” y “moderno” no pueden existir en el mismo espacio, ya que se entiende que el segundo descarta al primero, en el cual la Reforma Agraria e Trabajo sólo pueden ser resueltos a partir de la territorialidad del capital en el campo por medio de la industria. Cuando eso ocurre, el campesino pierde no sólo la autonomía, pasando a ser un agricultor familiar, un emprendedor, un asalariado, pudiendo así ser totalmente expropiado de la tierra, por lo tanto pasa a ser moderno/nuevo. En contrapartida los campesinos al entender que el sistema del capital concentra todavía más la tierra y los medios de producción, traban su batalla contra el capital, en la lucha por la garantía de la tierra de trabajo como condición de vida, desde esta perspectiva son considerados antiguos.

Palabras claves: Capital; Estado; Campesinos; Antiguo; moderno

INTRODUÇÃO

Presencia-se, na atualidade que tanto na cidade como no campo, o capitalismo não só fez uso dos velhos modos imperialistas de poder, como criou suas próprias e distintas maneiras de dominação com uma lógica e dinâmicas diferentes, tendo como base um sistema econômico global dirigido pelo mercado com o objetivo de gerar lucro para o capital imperial.

Na busca incessante pelo lucro, o sistema do capital propiciou alterações profundas nas relações de trabalho (superexploração, precarização, sujeição, desemprego etc) com o intuito de desarticular cada vez mais a classe trabalhadora, camponesa ou operária.

Assim, para o capitalismo atingir todo espaço no Brasil e sobreviver, era imprescindível o apoio do Estado, que através da criação de suas políticas, criaria condições para que a indústria fosse uma realidade a partir da 2ª Guerra Mundial nos grandes centros urbanos. Nesses, a reestruturação produtiva do capital intensifica sua concentração, amplia a mobilidade do trabalho, faz crescer a urbanização, seguida da favelização e do desemprego da classe trabalhadora.

Com toda a suposta modernização da cidade, o campo não poderia ficar de fora. Deveria ser apropriado pelo capital global, territorializando ou monopolizando a terra, pelo modelo agroexportador vinculado aos programas de ajustes estruturais principalmente do Banco Mundial (BM). Acredita-se que, dentro dessa lógica, ao passo que o capital se expande no espaço rural, os problemas que atingem o camponês, principalmente, a Reforma Agrária, serão automaticamente, resolvidos pelo mercado. Esse passa a considerar o camponês “antigo”; por isso, ele deve ser metamorfoseado em “moderno” agricultor familiar, um empreendedor, trabalhador assalariado, ou seja, um homem livre subordinado aos ditames desse mercado.

Como no sistema do capital é impossível abolir as contradições que lhes são inerentes, constata-se que, na medida em que o capitalismo é ampliado, a terra fica ainda mais concentrada. Desse modo, a questão primordial é discutir a natureza da propriedade, nesse caso, a propriedade camponesa. O camponês, como sujeito, passou a travar em todos os recantos do Brasil uma luta acirrada contra a propriedade fundiária concentrada nas mãos de um pequeno grupo de capitalistas latifundiários. Assim, constituiu-se uma classe de trabalhadores contrários à política neoliberal do Estado centrado no agronegócio, no moderno criado para o campo brasileiro.

É dentro dessa perspectiva que o artigo foi construído, tendo como base a teoria agrária para explicar a dinâmica do espaço agrário brasileiro, particularmente, no Vale do São Francisco, que tem desconsiderado a trajetória histórica dos trabalhadores/camponeses expulsos da terra, desterritorializados pela modernização da agricultura. Portanto, o novo rural promove concentração populacional nos centros urbanos mediante a desapropriação da terra de trabalho

em virtude da “urbanização do campo”. Parte desses sujeitos sociais buscam se reterritorializar através da luta pela terra e Reforma Agrária, incorporando-se aos diversos movimentos sociais do campo, dentre eles o MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra.

O referido movimento concebe Reforma Agrária como uma política, que vai além da distribuição de terra. Dessa forma, questiona o modelo econômico adotado pelo Estado, ao tempo em que aponta alternativas para que a terra e o homem sejam livres, não para o capital e, sim, do capital.

AGRÁRIO E AGRÍCOLA NO CAMPO BRASILEIRO

Os conflitos por terra, espalhados em todo o país, evidenciam a maneira desigual como a terra é distribuída. Portanto, torna-se necessária uma explicação que possa esclarecer a criação/recriação dos camponeses envolvidos nos movimentos sociais, sobretudo, no campo.

A Geografia, tendo como base a teoria agrária¹, passa a entender que o problema está centrado na estrutura fundiária concentrada e não na produtividade. Não é possível corrigir tamanhas desigualdades com políticas agrícolas² que ampliem a exportação, ou seja, aumentem a produção.

Tendo como ponto de partida essa realidade, constata-se que a luta pela terra de trabalho não resulta dos tempos atuais; data de muitos anos, como pode ser evidenciado no regime escravista, pois, na medida em que os negros fugiam para os quilombos, vinha à tona que tal modelo não se adequava às necessidades daqueles que eram considerados mercadorias pelos seus senhores. Naquele período,

A economia colonial não se define apenas pelo primado da circulação, mas também pelo fato de que o próprio trabalhador escravo entra no processo como mercadoria. Portanto, antes de ser o produtor direto, ele tem que ser objeto de comércio. Por isso, tem que produzir lucro já antes de começar a produzir mercadoria e não apenas depois. (MARTINS, 2004, p. 14).

¹ Quando questiona a propriedade da terra, procurando entender os conflitos dela gerado. CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. Notas de sala de aula, da disciplina Teorias e Técnica em Geografia Agrária, 24.03.09.

² Baseado na Teoria Agrícola, parte-se do princípio que o importante é a produção/posição/importação/exportação. Nesse caso, não se questiona a propriedade, porque o conflito será corrigido pelo mercado. CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. Notas de sala de aula, da disciplina Teorias e técnicas em Geografia Agrária, 24.03.09.

Com a crise do regime escravista e o advento do homem livre, acreditava-se que se definiria uma nova relação entre fazendeiro e trabalhador. O autor a explica que se tratava de mudar para manter, ou seja, “a modificação ocorrera para preservar a economia fundada na exportação de mercadorias tropicais como o café, para os mercados metropolitanos, e baseada na grande propriedade fundiária”. (p.12).

Destaca-se que o trabalho livre gerado pela crise do cativo não beneficiou o trabalhador, tornou a terra cativa e distante dos que a buscam para o trabalho. Desse modo, a relação entre capitalismo e homem livre é uma relação de exploração baseada na ilusão de que não há exploração alguma, pois os mesmos já não precisam das chibatadas dos senhores de escravos para se submeterem, para entregarem seu trabalho ao patrão; “para eles basta a ilusão de que a troca de salário por força de trabalho é uma troca de equivalentes, entre iguais, por isso justa e legítima”. (MARTINS, p.203, 1980).

As transformações ocorridas no campo, com o advento do capitalismo foram analisadas não só no Brasil, como também na Rússia. Chayanov (1981) relata que a economia natural se diferencia daquela que tem por base o lucro. A economia natural está sustentada na unidade de produção familiar e seu objetivo primeiro é satisfazer as necessidades das famílias ou grupos de trabalhadores. Assim, a unidade de produção é, ao mesmo tempo, uma unidade de consumo que tem como medida um orçamento qualitativo e não quantitativo conforme ocorrem na economia de troca e monetária.

O mesmo foi feito por Lênin (1982) que, ao observar o que estava ocorrendo na Rússia, em um primeiro momento do seu estudo, destaca a existência de camponeses, definindo-os como aqueles que moram no campo e podem ser ricos, médios e pobres e que a diferença entre eles parte do princípio que os primeiros detêm o maior número de estabelecimentos agrícolas e mais progresso técnico, enquanto os últimos tendem a se desintegrar, ou seja, passam a ser trabalhadores livres, assalariados.

Ao estudar as ideias de Chayanov e Lênin, Conceição (1991) explica que, quando a unidade de produção ingressa na esfera de circulação de dinheiro e mercadorias, a atividade econômica perde seu caráter qualitativo e passa a ter o interesse da quantidade. Ao passo que desenvolve a natureza monetária, a quantidade obtida vai liberando cada vez mais a qualidade e adquire o caráter abstrato de “valor”, a relação que passa a se estabelecer, na unidade de

produção familiar, é a capitalista. Já o segundo, ao analisar a penetração do capitalismo na agricultura, acreditava que o desenvolvimento do sistema era um fenômeno necessário e progressista, sendo que a desagregação da comunidade camponesa, a pauperização do setor camponês, cria o capitalismo no momento da passagem da economia natural para a monetária. Nesse contexto histórico, o conceito de camponês prende-se a uma concepção de relação de produção, de equidade ao modo de produção feudal. Para Lênin, o camponês, ao desintegrar, seria livre para vender sua força de trabalho. Para ele, a desintegração era essencial para que ocorresse a revolução contra a burguesia.

A contribuição dos teóricos serviram como base para entender as relações camponesas nos espaços agrários em muitos países, inclusive no Brasil.

Ressalta-se que, no sistema capitalista, o trabalhador é livre para ser explorado pelo capital, uma vez que a exploração perversa ocorre pelo controle dos meios de produção, mesmo compreendendo que toda produção é social, porém a apropriação é desigual, ou seja, muitos produzem e poucos se apropriam.

No caso específico da propriedade da terra, sua apropriação não se dá num processo de trabalho, de exploração do trabalho pelo capital, pois, quando alguém trabalha na terra, não é para produzir a terra, mas para produzir o fruto da terra. Nesse sentido, o capital para se apropriar da força de trabalho do trabalhador, ele paga um salário e, para se apropriar da terra, ele precisa pagar uma renda. A renda da terra tem que expressar riqueza, tem que constituir um valor, e só o trabalho cria valor. Assim, quando a terra é subjugada pelo capital, sua renda não é obtida na produção, mas na distribuição da mais valia, pois o excedente que o trabalhador entrega já não é o objeto que possa ser consumido, a não ser na própria produção, o excedente é tempo de trabalho. De acordo com Martins (1980), o “excedente não é entregue ao proprietário da terra e, sim, ao proprietário do capital. É das mãos deste que aqueles receberão a renda. Entre a produção da riqueza e sua transformação em renda da terra existe a mediação do capital” (p. 208). Vale esclarecer, que a renda da terra, não é paga pelo trabalhador nem pelo capitalista. É paga pelo conjunto da sociedade.

Com o avanço crescente no Brasil de cultivos voltados para o mercado externo, como a soja, fruticultura etc. evidencia que a renda da terra não é distribuída com quem produz, no caso, o trabalhador. Para Marx (2006), é necessário que a “propriedade fundiária mostre, sob a figura do capital, a sua dominação tanto sobre a classe trabalhadora, quanto sobre os próprios

proprietários, na medida em que as leis do movimento do capital os arruinem ou promovam” (p. 75).

A questão agrária no Brasil foi e é marcada como se mencionou anteriormente, pela concentração de terra e renda, resultando com isso inúmeros conflitos entre camponeses trabalhadores, Estado e capital.

No momento em que o sistema do capital avança, e a modernização chega ao país com a indústria a partir da Segunda Guerra Mundial, novas configurações de trabalho são estabelecidas na cidade e no campo. De acordo com Prado Junior (1968), o Brasil necessitava, nesse contexto histórico, de uma revolução em sua economia e não apenas de mudanças. Os argumentos do autor centravam-se em explicar que a economia agrária brasileira resultou do modelo europeu, sendo necessário encontrar um outro modelo, e que, durante o período colonial brasileiro, os latifúndios nasceram e continuam existir, priorizando o abastecimento do mercado externo. Com a política voltada para exportação, as relações de trabalho se revelam sobretudo nos baixos níveis e padrões da população trabalhadora rural.

Com essa realidade crescente no Brasil, eclode uma onda de movimentos sociais no campo que querem terra de trabalho para família. Nesse sentido, passou-se a discutir dentro das academias a respeito de quem era e é esse sujeito histórico, destacando que, diante dos interesses políticos, há razões para definir esse sujeito como camponês e razões para deixar indefinida a palavra de acordo com a realidade do momento. Ao utilizar o conceito de classe a partir de Marx, Shanim (2008), explica que, o camponês constitui, sobretudo, um modo de vida. Se é classe ou não, é imprescindível primeiro compreender o que eles fazem. Por que é no fazer que as classes são definidas.

De acordo com Petras e Veltmeyer (2008,) a reforma agrária realizada em alguns países não alterou a estrutura da propriedade de terra. Assim, os camponeses continuaram a lutar pela terra como condição de vida e passaram a ser o protagonista central na luta de classes pela terra na América Latina. Como a luta por terra ganhou uma nova dimensão nos tempos atuais, passou-se a discutir os termos camponês e campesinato. As análises oscilam em dois debates: o campesinato é visto como objeto, entidade passiva, objeto destituído de poder da função estatal. Boa parte dos sociólogos afirmam que, com a modernização, o campesinato tem diminuído numericamente, sem significado político. Outros partilham de uma compreensão

alternativa do campesinato, tomando-o como uma força ativa e munida de poder, que continua a contestar no terreno da luta de classe.

A tese defendida por muitos teóricos de que, com o avanço do capitalismo, o campesinato desapareceria cai por terra diante da criação/recriação dos mesmos. Para Shanin (1980),

Os camponeses não se dissolvem, nem se diferenciam em empresários capitalistas e trabalhadores assalariados, e tampouco são simplesmente pauperizados. Eles persistem, ao mesmo tempo que se transformam e se vinculam gradualmente à economia capitalista circundante, que pervade suas vidas. Os camponeses continuam a existir, correspondendo a unidades agrícolas diferentes, em estrutura e tamanho, do clássico estabelecimento rural familiar camponês. (PP.58).

É se opondo contra as políticas agrícolas implantadas pelo Estado no Brasil, que os movimentos sociais do campo, a exemplo daqueles ligados à Via Campesina mostram à sociedade que a modernização da agricultura não veio acompanhada da autonomia no campo e, sim, que os progressos e avanços proporcionados pelo capitalismo moderno, contribuíram para distanciar ainda mais os agricultores capitalistas dos camponeses. Enquanto os primeiros ascendiam economicamente, os segundos passaram a ser sem-terra ou quase sem-terra, desapropriados e transformados no proletariado rural ou urbano – ou em semiproletário de migrantes sazonais, trabalhando a terra por salários extremamente baixos, pagamento esporádico e formas precárias de emprego.

De acordo com Meszáros (2007), o capital em um sentido superficial, seja sem dúvida triunfante, mas, em um sentido mais fundamental, ele é de todos, o problema mais grave. Para o autor, ao reconhecer o modo como o capital domina o processo de reprodução social em todos os lugares, cumpre reconhecer também que ele é, estruturalmente, incapaz de resolver seus problemas e contradições. “Onde quer que olhemos, perceberemos que aquilo que parece ser – e é sonoramente propagandeado com – uma sólida solução duradoura, mais cedo ou mais tarde, desfaz-se em pó”. (p.77).

É desse modo que se entende o avanço do capital no Brasil, tendo como ponto de partida o desenvolvimento desigual e combinada. Assim, o sistema do metabolismo social do capital desenvolve-se sustentado no tripé capital, trabalho e Estado. É a partir, portanto, do Estado que o capital encontra no país todas as formas de sua reprodução e exploração, tendo o apoio

de teóricos que acreditam que, com apenas ajustes dentro do próprio sistema capitalista, os problemas serão resolvidos. É dentro dessa crença que Silva (1997) argumenta,

o fator limitante da modernização no setor camponês parece residir, fundamentalmente, na incompatibilidade entre escala mínima de produção requerida pelo novo padrão tecnológico e a insuficiência dos recursos produtivos e financeiros por parte daquele setor. (P. 138).

Para o teórico, os conflitos do campo podem ser resolvidos com uma política de crédito rural que transforme o camponês em agricultor familiar pluriativo, ou seja, tecnificado – novo camponês. O autor reconhece que o novo padrão tecnológico foi incorporado de forma rápida pelas grandes propriedades e em menor quantidade pela pequena produção, porém, não analisa as contradições, que são inerentes do sistema do capital. Para ele, a terra não é condição de vida, deve ser conquistada através de uma reforma agrária de mercado.

Dentro da mesma análise, Muller (1986) explicita que a agricultura converteu-se em condição de parcela da indústria de bens de capital. Ou seja, a agricultura não depende apenas do crescimento da agroindústria, do mercado interno e das exportações, mas também da indústria produtora de insumos e máquinas. Nesse caso, segundo o autor, para produzir na agricultura não basta mais ser proprietário de terras, ainda que essas sejam um pressuposto da produção. A terra subordina-se ao capital industrial e financeiro, pois é momento da indústria no campo, do progresso técnico no sentido de diversificar a demanda intermediária de máquinas, insumos e serviços técnicos. Para o autor, a terra deixa de ser a unidade de produção familiar e passa a ser vinculada ao mercado.

Seguindo a mesma linha de raciocínio, Abramovay ((2003) explica que a mobilidade da população está ligada as diferenças regionais e ao envelhecimento da população rural. É necessário um desenvolvimento territorial rural. Assim, para ele o “novo rural é o espaço do consumo, por isso necessita de uma política de crédito. Dentro dessa lógica, cria-se o consumidor e um Estado assistencialista, que olha o homem do campo como um acomodado, dependente de políticas públicas.

Segundo Neves (2008), com a criação da política de crédito a exemplo do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), o campo passou a ser metaforizado como novo mundo rural. O produtor é capaz de criar situações que o coloquem em vantagens frente aos padrões de competitividade. Essa é, entre outras, a razão pela qual a

atividade agrícola é apenas uma das formas de produção possíveis, articulando-se a diferentes serviços e à constituição de profissões, nos termos dessa comparação, não agrícolas. Para isso, se os agricultores quiserem continuar sendo agricultores, devem incorporar práticas para além da agricultura. Vale mencionar que, de acordo com a autora, os termos agricultura familiar e agricultor familiar foram criados pelo Estado por meio do PRONAF com a finalidade “aparente” de incluir os já excluídos. Para Neves, um dos pontos negativos do programa está no fato de o mesmo abrigar várias categorias, que vivem no campo. Afirma, ainda, que ele beneficia apenas os agricultores mais bem providos de condições financeiras e que, na atualidade, seu objetivo está voltado apenas para crédito. A estudiosa destaca que o agricultor familiar é um profissional que deve especializar-se para aumentar a produção.

É importante frisar que a autora faz críticas às formas como o PRONAF vem sendo direcionado na atualidade; porém, considera o documento um avanço das lutas sindicais travadas no Brasil. O que a autora não explica é que o termo agricultura familiar veio para substituir o conceito de agricultura camponesa, ou seja, de camponês que, ao constituir-se como classe luta por uma política que vá além de créditos, de competitividade, de ser especialista, entre outros. Em primeiro lugar, o camponês quer a terra, quer a Reforma Agrária como garantia de vida da família.

Para esses intelectuais, não há contradições dentro do sistema que movem a processualidade social, apropriação do espaço e, portanto, a produção desigual dos territórios. Para eles, os conflitos no campo existem porque nem todos os agricultores foram absorvidos pela política agrícola, financiada pelo Banco Mundial dentre outras instituições financeiras. Assim, distorcem a análise de Lênin quando afirmam que não há lugar no campo para o camponês que, na luta de classe, briga pela sua autonomia, e, sim, para o empreendedor. Desse modo, ou ele se transforma ou está fadado ao desaparecimento. A leitura feita por esses estudiosos tem influenciado muitos geógrafos que também têm contribuído para indicar, segundo Conceição, (2005) “espaços desiguais possíveis de serem corrigidos frente ao reordenamento espacial, através de políticas públicas condizentes do discurso de mudanças, via o desenvolvimento regional, local”. (p.166)

A teoria agrícola, por não questionar a estrutura da propriedade privada, deixa de reconhecer a criação/recriação dos camponeses que, enquanto sujeitos desse tempo histórico, procuram ir de encontro às políticas criadas pelo Estado, apontando outros caminhos, que sejam favoráveis à classe trabalhadora camponesa.

De acordo com Oliveira (2003), os intelectuais, movidos pela busca da compreensão do Brasil real, vão ao campo estudar a luta travada pelos movimentos sociais, vão procurar entender a barbárie que ocorre no espaço agrário brasileiro. Para esses, o campo contém as duas faces da mesma moeda. De um lado, estão o agronegócio e sua roupagem da modernidade. De outro, está o campo em conflito.

Nesse sentido, é impossível esconder, por muito tempo, que a Reforma Agrária é coisa do passado. Dentro dessa lógica, a modernização centrada na política de exportação – agronegócio, na construção de grandes obras com o intuito de produzir energia elétrica, como as barragens, por exemplo, não conseguem abafar a crua realidade da miséria estampada no campo e na cidade no Brasil. Presencia-se a rebeldia dos camponeses no campo e na cidade. Na cidade e no campo, eles estão construindo um verdadeiro levante civil para buscar os direitos que lhes são insistentemente negados. Assim, são presentes, são criados e recriados, portanto, não são antigos.

TRABALHADORES CAMPONESES NO VALE DO SÃO FRANCISCO

Pretende-se, a partir desse tópico, fazer um ensaio das discussões que serão travadas durante os próximos quatro anos a respeito da crua realidade dos trabalhadores nos Perímetros Irrigados do Vale do São Francisco. Portanto, é apenas o início de uma longa caminhada.

É importante iniciar afirmando que o capital não consegue sobreviver sem o trabalho. Ele necessita dos trabalhadores não somente com o propósito da produção lucrativa, mas também como consumidores produtores de lucro e isso está bastante evidenciado na atualidade com a crescente globalização da economia centrada no avanço tecnológico.

É importante voltar aos anos 1950, quando o Estado movido pelo discurso da “modernização”, considerava o Nordeste uma região pobre, atrasada e que a criação das grandes obras propiciaria o desenvolvimento e, com ele, o “emprego”. É dentro dessa concepção que o Vale do São Francisco vai sendo moldado para permitir a apropriação capitalista no campo e na cidade e com ele novas formas de trabalho, particularmente no campo, através da criação de barragens e dos Perímetros Irrigados.

Ao passo que as barragens e os perímetros irrigados vão sendo implantados, as contradições oriundas do sistema do capital passam a ser crescentes, e é dentro dessa perspectiva que se deve entender a existência camponesa. Assim, segundo Thomáz Junior (2008), ao mesmo

tempo em que a reprodução/recriação do campesinato é uma possibilidade historicamente presente, aceita/negada e subordinada pelo próprio capitalismo, que é, portanto, uma realidade de dentro do modo de produção capitalista e vinculada à produção de mercadorias, por outro lado se garante essencialmente pela luta e pela resistência.

Desse modo, é o movimento de territorialização, desterritorialização e reterritorialização que permite compreender a realidade das famílias trabalhadoras camponesas no Brasil e no Vale. Destaca-se que a desterritorialização das famílias camponesas no Vale contribuiu para precarizar o trabalho no campo e que, diante da perda da autonomia da unidade de produção familiar, o trabalho assalariado passou a ser uma das formas de continuar o modo de vida camponês.

A territorialização do capital por meio dos Perímetros Irrigados concretizou o objetivo do Estado quando transformou o Sertão nordestino em um grande “pomar” proporcionado pela agricultura irrigada com capacidade de alcance, não só no mercado interno, como também no externo. Porém, criou os trabalhadores camponeses de dentro e fora dos Perímetros. Os de dentro, são considerados pelo sistema do capital como agricultores familiares totalmente absorvidos pelo mercado. Na verdade, de acordo com Sousa (2006), são trabalhadores do capital porque o que cultivam e a forma como cultivam é o capital que determina; portanto, “onde o capital não pode tornar-se proprietário real da terra para extrair juntos o lucro e a renda, ele se assegura o direito de extrair a renda”. (MARTINS, 1980, p. 218). Os de fora, são os despossuídos dos meios de produção e que, sob diferentes formas, vendem sua força de trabalho para assegurar, minimamente, sua sobrevivência. Esse processo produz a mobilidade do trabalho, alterando as relações sociais de produção.

Assim, a importância vital do trabalho produtivo no nosso estágio de desenvolvimento histórico é maior do que antes, não importa o quanto as personificações do capital e seus mercenários intelectuais tentem negá-la em nome do “capitalismo avançado”. (MÉSZÁROS, 2009, p. 11).

A partir dessa perspectiva, pensa-se a classe trabalhadora como sendo aqueles que estão submetidos sob as diferentes expressões do capital, que os explora, arrancando mais valia, renda da terra ou a própria terra.

É dentro de um contexto de exploração total que os camponeses, principalmente, os de fora dos Perímetros passaram a levantar, no entorno dos mesmos, grandes acampamentos, verdadeiras cidades de lona, evidenciando a outra face da “modernização”, que contraria a riqueza e mostra a miséria absoluta. Conceição (2005) explica que,

nos anos quarenta, cinquenta, sessenta ou mesmo setenta, a palavra pobreza foi identificada como reconhecimento do baixo poder aquisitivo, da exploração assalariada. A partir dos anos oitenta, a miséria torna-se condição substantiva, explicativa desta temporalidade, tendo como significado a situação de carência absoluta dos meios de subsistência, indigência, penúria, ou seja, condição do que possa ser considerado vergonhoso, deplorável, infâmia e torpeza. (p.167)

Ressalta-se que os acampamentos, contornando os Perímetros Irrigados, vêm em publico comprovar que a modernização implantada no Vale não é “conservadora³” e, sim, “dolorosa⁴”, porque, ao priorizar as empresas capitalistas em detrimento dos trabalhadores, promove uma massa de sem-terra de sem-emprego, constituindo o território diferente da vida e da autonomia mas o da miséria, isso porque ao passo que o capital se territorializa, abarcando grandes áreas desterritorializa os camponeses, e, dessa forma, os conflitos gerados no confronto das classes passam a ser a negação de que o capital é soberano e que não é capaz de resolver os problemas constantemente criados pelo funcionamento de seu próprio modo de reprodução sociometabólica.

Assim, não se estaria diante da classificação direta ou subentendida de subproletários ou de classe subordinada à classe operária, mas sim de uma classe ou segmento (a depender da situação), dissociado da complexa trama social que caracteriza a comunidade camponesa, que de forma mais intensa em países como o Brasil, vive a duplicidade de ser camponês e de exercer outras atividades laborativas, bem como em alguns momentos utilizar trabalhadores assalariados, sendo, pois, essa a condição para manter sua realidade/identidade camponesa. Por outro lado, a metamorfose, que transforma camponês em agricultor familiar, ou seja, o que era um modo de

³ É conservadora quando não questiona a subordinação do trabalho ao capital. CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. Notas de sala de aula, da disciplina Teorias e Técnica em Geografia Agrária, 18.05.09.

⁴ É dolorosa quando se faz crítica às formas perversas do capital no campo a partir da tecnologia destruindo as bases e autonomia dos camponeses. CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. Notas de sala de aula, da disciplina Teorias e Técnica em Geografia Agrária, 18.05.09.

vida se converte em profissão, numa forma de trabalho, exclui o campesinato da denominação profissional, e como tal para fugir dessa injuriosa classificação lhes resta a integração ao mercado. (THOMAZ JÚNIOR, 2008, p. 295).

Assim, é importante frisar que os trabalhadores de dentro dos Perímetros estão totalmente subordinados ao capital, mas aquilo que ganham é para atender as necessidades da família. Os de fora, também subordinados ao capital, porém, são despossuídos dos meios de produção.

No Vale do São Francisco, os trabalhadores camponeses encontram-se no limite da sobrevivência, mas procuram, na busca pela Reforma Agrária, reterritorializar-se, lutando pela emancipação da classe trabalhadora camponesa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas últimas décadas, os empreendimentos capitalistas implantados no Vale passaram a ser a negação dos sujeitos históricos, produtores/trabalhadores, locais e regionais, que habitavam a área a que pertencem hoje os Perímetros Irrigados e as barragens, como a de Sobradinho, por exemplo.

O discurso do “desenvolvimento” local e regional para a Região Nordeste atingia a todos os que acreditavam ser a “modernização” da agricultura a condição natural para elevar o nível de renda dos sertanejos. Assim, caberia ao Estado criar políticas públicas, que viabilizassem o avanço tecnológico no campo, mediante a agricultura irrigada.

É munido desse pensamento, que, em todo o Brasil e nos anos de 1970 no Nordeste brasileiro, a lógica da produtividade se espacializa no campo brasileiro, criando territórios do capital e territórios da miséria, pois os defensores do mercado acreditam que a indústria é capaz de gerar produção e que não há mais a necessidade de Reforma Agrária. Os mesmos se negam a perceber que, no atual modelo de economia, quanto mais avança o capitalismo, mais a luta pela terra se espacializa, já que, dentro dessa ótica, a propriedade é cada vez mais concentrada.

A propriedade camponesa se diferencia da propriedade capitalista, porque a primeira cumpre sua função social, é terra de trabalho da família, enquanto a segunda, é terra de negócio, é terra de quem explora o trabalho camponês.⁵

Considera-se o camponês como a classe trabalhadora na contemporaneidade. Os mesmos são protagonistas das mais expressivas ações políticas contra o capital. Por isso, é preciso apreender as complexas tramas em que se enreda a relação capital x trabalho e as diversas formas que possibilitam o uso e a exploração da terra, bem como compreender a questão agrária no país permeada de conflitos entre classes, pois se impõe aos camponeses o impasse de classe: negar o modo camponês/familiar de reprodução social e adotar a racionalidade capitalista, podendo se transformar em agricultores familiares em escala empresarial, ou se proletarizarem.

Destaca-se que, no Vale do São Francisco, o progresso técnico a partir da modernização conservadora, deve ser vista como fortalecimento das formas de produzir do e para o capital mediante um maior controle sobre o trabalho, resultando numa modernização dolorosa. A questão não está na técnica ou tecnologia, mas no uso que se faz delas, no controle impetrado pelo capital.

Como o capital é um sistema sociometabólico e controla tudo, só pode ser combatido com a organização da classe trabalhadora no campo e na cidade, por meio de uma ação política transformadora que erradique totalmente o atual modelo de economia e coloque outro no lugar, o socialismo.

⁵ Conceito de terra de trabalho e terra de negócio, baseada em, MARTINS, José de Souza. Expropriação e Violência. São Paulo: Hucitec, 1982.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo**. In O Futuro das Regiões Rurais, Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003.

CHAYANOV, Alexandre V. **Sobre a Teoria dos Sistemas Econômicos não Capitalistas**. In **A questão Agrária**, org. José Graziano da Silva e Verena Stalcke, São Paulo: Brasiliense, 1981.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. **A geografia do espaço da miséria**. Scientia Plena, vol. 01, num. 06, 2005.

_____. **A Genealogia do Debate: Lênin e Chayanov**. In: **A Questão Camponesa: O olhar sob o signo dialético**. Dissertação de mestrado, Aracaju/SE: NPGeo-UFS, 1991.

LÊNIN, Illich. **A Desintegração do Campesinato**. In O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia, São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARTINS, José de Souza. **O cativeiro da Terra**. 8ª Ed., São Paulo: Hucitec, 2004.

_____. **A sujeição da renda da terra ao capital e o novo sentido da luta pela reforma agrária**. In Coleção Encontros com a Civilização Brasileira, Rio de Janeiro: nº 22, 1980.

MARX, Karl. **Renda Diferencial e Renda Absoluta**. In: **Manuscritos Econômicos, Filosóficos**, tradução e notas: Jesus Ranieri, São Paulo: Boitempo, 2008.

ISTVÁN, Mészáros. **As tarefas à nossa frente**. Debate socialista, nº 05, maio-julho de 2009.

_____. **O Desafio e o Fardo do Tempo Histórico**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MULLER, Geraldo. **Complexo Agroindustrial e Modernização da Agricultura**. São Paulo: Hucitec/EDUSP, 1986.

NEVES, Delma Pessanha. **Agricultura Familiar: Quantos Acoradouros!** In Campesinato e Territórios em Disputa org. Eliane Tomiasi Paulino, João Edimilson Frabrini. 1ª Ed., São Paulo: Expressão Popular: UNESP: Programa de Pós Graduação em Geografia, 2008.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Geografia Agrária: Perspectivas no início do século XXI**. In O Campo no século XXI: território de vida e de construção da justiça social: orgs: Ariovaldo Umbelino de Oliveira e Marta Inez Medeiros Marques, são Paulo: Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004.

PRADO JR, Caio. **A revolução Brasileira**. São Paulo, Brasiliense, 1968.

SHANIN, Teodor. **Lições Camponesas**. In Campesinato e Territórios em Disputa org. Eliane Tomiasi Paulino, João Edimilson Frabrini. 1ª Ed., São Paulo: Expressão Popular: UNESP: Programa de Pós Graduação em Geografia, 2008.

_____. **A definição de Camponês: Conceituações e Desconceituações, o Velho e o Novo em uma Discussão marxista**, in Cadernos Cebrap, São Paulo, 1980.

SILVA, José Graziano da. **Tecnologia e Campesinato**. In Tecnologia & Agricultura Familiar, Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRS, 1999.

SOUSA, Raimunda Áurea Dias. O Processo de Expansão do Capitalismo no Campo, o Agronegócio e a Resistência da Unidade de Produção Familiar: O caso do Projeto Senador Nilo Coelho. Dissertação de mestrado, Aracaju/SE: NPGeo-UFS, 2006.

THOMAZ JÚNIOR, Antônio. **A classe trabalhadora no Brasil e os limites da teoria – qual o lugar do campesinato e do proletariado?** Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual. Org. Bernardo Mançano Fernandes, 1ª.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

VELTMEYER, Henri & PETRAS, James. **Camponeses numa era de Globalização neoliberal: América Latina em movimento**. In Campesinato e Territórios em Disputa org. Eliane Tomiasi Paulino, João Edimilson Frabrini. 1ª Ed., São Paulo: Expressão Popular: UNESP: Programa de Pós Graduação em Geografia, 2008.

